



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC nº 03.535 /15

### RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do **Presidente da PBPREV**, concedendo Pensão por morte do servidor Antonio Feliciano Xavier, Auditor Fiscal Tributário Estadual, Matrícula nº 39.036-4, tendo como beneficiária Nilza Navarro Xavier. De acordo com o órgão de instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo do benefício elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo Ministério Público junto a esta Corte de Contas.

É o relatório.

*Antônio Gomes Vieira Filho*  
*Cons. Substituto – Relator*

### PROPOSTA DE DECISÃO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer Oral do Ministério Público Especial proponho que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo de Pensão a Nilza Navarro Xavier.

É a proposta!

*Antônio Gomes Vieira Filho*  
*Cons. Substituto – Relator*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

### 1ª CÂMARA

*Processo TC nº 03.535/16*

Objeto: Pensão

Beneficiário (a): Antonio Feliciano Xavier

Servidor (a): Nilza Navarro Xavier,

Órgão: PBPREV

Pensão – Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

### ACÓRDÃO AC1 – TC – 1.715/2016

**Vistos, relatados e discutidos** os presentes autos do Processo TC nº 03.535/16, referente à concessão de Pensão por morte do servidor Antonio Feliciano Xavier, Auditor Fiscal Tributário Estadual, Matrícula nº 39.036-4, tendo como beneficiária Nilza Navarro Xavier, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e da proposta de decisão do relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em JULGAR REGULAR o ato concessivo, tendo presentes sua legalidade e, após correções, achou-se correto os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento a Representante do Ministério Público.

Em 2 de Junho de 2016



**Cons. Fábio Túlio Filgueiras Nogueira**  
PRESIDENTE



**Cons. Subst. Antônio Gomes Vieira Filho**  
RELATOR



**Isabella Barbosa Marinho Falcão**  
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO